



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 31/22

Realizada a pesquisa, sobre a matéria em questão foi localizado:

- Lei Municipal nº 11.489, de 14 de março de 1994, que dispõe sobre a realização de programa de ações preventivas em saúde bucal;
- Lei Municipal nº 13.322, de 06 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre a criação de campanha educativa para prevenção de câncer bucal;
- Lei Municipal nº 13.533, de 19 de março de 2003, que institui a Política Municipal de Proteção à saúde Bucal da Pessoa Hospitalizada e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 14.080, de 26 de outubro de 2005, que dispõe sobre a avaliação oftalmológica, auditiva e bucal dos estudantes da rede municipal de ensino e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 15.968, de 27 de janeiro de 2014, que institui e define diretrizes para o Programa de Promoção, Proteção e Educação em Saúde no âmbito do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 16.380, de 1º de fevereiro de 2016, que institui a Política Municipal de Proteção à Saúde Bucal da Pessoa com Deficiência;
- Lei Municipal nº 16.860, de 09 de fevereiro de 2018, que institui a Política Municipal de Proteção à Saúde Bucal da Pessoa Hospitalizada, e dá outras providências.
- PL 519/21, que dispõe sobre o Programa de Atenção a Saúde Bucal denominado Sorria SP, no âmbito da cidade de São Paulo e dá outras providências.
- PL 40/21, que institui a “Virada Odontológica Permanente” no âmbito da Cidade de São Paulo, e dá outras providências;
- PL 141/13, que institui a criação de consultório dentário móvel e implanta o Programa São Paulo Sorridente.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022.

Juliana Trindade
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 232.414